



LICENCIAMENTO AMBIENTAL – AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 002/204

Em atenção ao requerimento protocolado na Prefeitura Municipal de Ibarama sob o nº qual é solicitada a **AUTORIZAÇÃO GERAL** para a atividade **OBRAS DE URBANIZAÇÃO, SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SINALIZAÇÃO, CALÇAMENTO DE PASSEIO PÚBLICO, MEIO-FIO**, rua 15 de dezembro, trecho que compreende do Ginásio Municipal de Esportes João Lazzari, até o Pórtico de Acesso ao município de Ibarama - RS, através da análise da documentação apresentada pelo empreendedor; observações feitas em vistoria realizada, na área do empreendimento e atendendo a Lei Federal Complementar nº 140/2011, Resolução CONAMA nº 237/97, Resolução CONSEMA nº 372/2018 e suas alterações, e respectivas Leis Municipais. Concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL**, nas condições e restrições abaixo especificadas.

I – IDENTIFICAÇÃO:

Empreendedor Responsável: Prefeitura Municipal de Ibarama

CNPJ: 92.000.231/0001-13

Endereço: Rua Julio Bridi, 523, Centro

Município: Ibarama – RS

Caracterização da Atividade: OBRAS DE URBANIZAÇÃO, SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SINALIZAÇÃO, CALÇAMENTO DE PASSEIO PÚBLICO, MEIO-FIO

Localização da Atividade: rua 15 de dezembro, trecho que compreende do Ginásio Municipal de Esportes João Lazzari, até o Pórtico de Acesso ao município.

Ramo da Atividade (CODRAM): 3457,20

Extensão do empreendimento: 2.654,40 m²

II - CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. QUANTO À AUTORIZAÇÃO:

- 1.1. Cópia desta Autorização deve permanecer no local da obra;
- 1.2. Em caso de acidente ou incidente com risco de danos ao meio ambiente, a administração municipal e equipe de supervisão ambiental deverão atender e mitigar o ocorrido com efetiva supervisão do responsável técnico;
- 1.3. Este documento licenciatório não é renovável, ou seja, contempla e defere somente a execução de atividades por um prazo máximo de 1 (Um) ano a partir da data de emissão;

2. QUANTO AO EMPREENDIMENTO:

- 2.1. Este documento defere a execução de obras de implantação de Calçamento De Passeio Público, Meio-Fio na rua 15 de dezembro, trecho que compreende do Ginásio Municipal de Esportes João Lazzari, até o Pórtico de Acesso ao município
- 2.2. As obras propostas de implantação do pavimento deverão obedecer às especificações técnicas, memorial descritivo, e planta apresentadas, com efetivo acompanhamento do responsável técnico;
- 2.3. O material mineral utilizado na obra deve ser proveniente de locais devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente e com Licença de Operação em vigência;
- 2.4. Não poderá ser utilizado material mineral (fragmentos/seixos rolados) oriundo do curso d'água objeto do empreendimento, ou de qualquer outra área de preservação permanente;
- 2.5. O material excedente (bota-fora) deverá ser disposto em local adequado, de acordo com as normas ambientais vigentes;
- 2.6. O local do empreendimento deverá receber sinalização de segurança e ambiental, na fase de obras;
- 2.7. Às obras deverão receber efetivo acompanhamento da responsável técnica Carolina Pohlmann Moraes Pozzebon Arquiteta e Urbanista – CAU A87379-9

3. QUANTO AOS RESÍDUOS SÓLIDOS E USO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES:

- 3.1. Os resíduos oriundos das obras deverão ser destinados a locais devidamente licenciados;



- 3.2. Não poderão ser utilizados áreas de preservação permanente, nascentes ou locais próximos aos recursos hídricos, considerando o seu leito maior sazonal, para descarte de bota-fora;
- 3.3. Deverá ser realizada a devolução voluntária das embalagens plásticas de óleos lubrificantes adquiridos em ponto de compra no comércio varejista, sendo ponto de coleta dos fornecedores imediatos (atacadista/fabricante), para que realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo;
- 3.4. À lavagem de veículos, máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo;

4. QUANTO À COBERTURA VEGETAL E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP):

- 4.1. Não está licenciada a intervenção em vegetação rasteira (herbácea) na área de influência direta do empreendimento (leito do arruamento), visando à movimentação de material rochoso (solo/terrapleno) para execução de obras de pavimentação, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.519/1992, Lei Estadual nº 11.520/2000, Decreto Estadual nº 35.355/1998 e Portaria nº 023/2008 SEMA-RS;
- 4.2. Não está licenciado modificações ou retificação de cursos d'água situados na área de influência direta do empreendimento;

5. QUANTO À PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL:

- 5.1. Aconselha-se a implantação de Projeto de Arborização Urbana, visando contribuir para beleza cênica do local;
- 5.2. Está proibida a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase de implantação do empreendimento, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.519/1992 e Lei Estadual nº 11.520/2000;
- 5.3. Deverão ser preservados os exemplares nativos imunes ao corte ou ameaçados de extinção, conforme Lei Estadual Nº 9.519 de 06/07/92 (Código Florestal Estadual) e Decreto Estadual Nº 42.099/2002 (Listada Flora Nativa ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul);

6. QUANTO À SUPERVISÃO AMBIENTAL:

- 6.1. As obras de implantação do empreendimento deverão ter supervisão ambiental a ser efetuada por técnicos devidamente habilitados;
- 6.2. Deverá ser protocolado após o término das obras, como juntada ao Processo administrativo o Relatório Técnico de Situação Ambiental contendo descrição das atividades executadas, memorial fotográfico, destinação final de todos os resíduos gerados na obra, e descrição das medidas adotadas durante a supervisão ambiental.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: o empreendedor é responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do empreendimento.

Data de emissão: Ibarama, 26 de Abril de 2024.

Este documento licenciatório é válido para as condições acima 26/01/2024 a 26/01/2025.



Renan Fernando Kluge

Secretário Municipal de Agricultura Fomento Econômico e Meio Ambiente